

VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações



Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro



VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Ministério do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis**
Curt Trennepohl

Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
Edmundo Soares do Nascimento Filho

Centro Nacional de Informação Ambiental
Jorditânea Souto



VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro

Brasília, 2012

EDIÇÃO

Universidade de Brasília – UnB
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPAC
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis – Ibama

Produção Editorial

Centro Nacional de Informação Ambiental – Cnia

SCEN - Trecho 2 - Bloco C - Edifício-Sede do Ibama

CEP 70818-900, Brasília, DF - Brasil

Telefones: (61) 3316-1225/3316-1294

Fax: (61) 3307-1987

<http://www.ibama.gov.br>

e-mail: editora@ibama.gov.br

Equipe Técnica

Capa e diagramação

Paulo Luna

Normalização bibliográfica

Helionídia C. Oliveira

Revisão

Maria José Teixeira

Enrique Calaf

Vitória Adail Brito

Catálogo na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

V299 *Variações interétnicas: etnicidade, conflitos e transformações* – Stephen Grant Baines...[et al.]. Organizadores. – Brasília: Ibama; UnB/Ceppac; IEB, 2012.

560 p. : il, color. ; 21 cm

ISBN 978-85-7300-362-8

1. Etnia. 2. Índio. 3. Recursos naturais. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Baines, Stephen Grant. II. Silva, Cristhian Teófilo da. III. Fleischer, David Ivan. IV. Faleiro, Rodrigo Paranhos. V. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. VII. Cnia. VIII. IEB. IX. UnB. X. Título.

CDU(2.ed.)502.175(047)



Atribuição-Uso não-comercial-Compartilhamento pela mesma licença
CC BY-NC-SA

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Agradecemos

*À Joritânea Souto,
ao Paulo Luna e à equipe
do setor de editoração do Ibama,
ao Programa de Pós-Graduação em
Estudos Comparados sobre as Américas
do CEPPAC/UnB
e à Maria José Gontijo
do Instituto Internacional de
Educação do Brasil.*

Sumário

Apresentação 11

Introdução 13

Primeira variação: identidade, movimento e territorialização

Capítulo 1 Contatos interétnicos em regiões de fronteiras:
a visão dos Ticuna e dos Galibi do Oiapoque. 19
Claudia López Garcés

Capítulo 2 Memória, identidade e território dos Arara:
uma análise a partir do contexto de identificação da Terra
Indígena Arara do Igarapé Humaitá/AC, Brasil. 43
Cloude de Souza Correia

Capítulo 3 Os Laklãnõ na região do Alto Vale do Itajaí, estado de Santa
Catarina, Brasil. 59
Alexandro Machado Namem

Capítulo 4 Wyty-Catê: cultura e política de um movimento
Pan-Timbira. 97
Jaime Garcia Siqueira

Capítulo 5 Uma aventura entre a cruz e a espada que mudou a história:
20 anos de luta indígena no Rio Negro. 129
Gersem José Santos Luciano

Segunda variação: desenvolvimento e meio ambiente

Capítulo 6 A natureza dos povos indígenas e os povos indígenas e a
natureza: novos paradigmas, desenvolvimento sustentável e a
política do bom selvagem. 165
Thiago Ávila (in memoriam)

Capítulo 7	Trocando vitalidade: um exemplo de manejo ecológico no noroeste amazônico. 177 <i>Luis Cayón</i>
Capítulo 8	Ecoturismo e conservação no litoral norte da Bahia: um olhar sobre a interação entre cientistas conservacionistas e a comunidade costeira. 205 <i>David Ivan Fleischer</i>
Capítulo 9	Os Tremembé do litoral nordestino e um empreendimento turístico internacional. 229 <i>Isis Maria Cunha Lustosa e Stephen G. Baines</i>
Capítulo 10	São Thomé das Letras e São Jorge: gênese, conflito e identidade na constituição dos atrativos para um mercado turístico. 247 <i>David Ivan Fleischer e Rodrigo Paranhos Faleiro</i>
Capítulo 11	Dois conceitos articuladores no contexto indigenista de Roraima: projeto e desenvolvimento.283 <i>Maxim Repetto</i>
Terceira variação: conflitos, direitos e Estado	
Capítulo 12	Náwa, índios ou ribeirinhos? Quando os órgãos públicos entram em conflito. 321 <i>Rodrigo Paranhos Faleiro</i>
Capítulo 13	Conflito socioambiental sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território do Monte Pascoal e seu entorno. 339 <i>Luis Guilherme Resende de Assis</i>
Capítulo 14	Projeto de mineração do São Francisco e da Terra Indígena Araré/MT: um caso de negação ao exercício da governança local 351 <i>Cláudia Tereza Signori Franco</i>
Capítulo 15	A identificação de terras indígenas como objeto de investigação antropológica. 367 <i>Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves</i>

Quarta variação: etnicidade, midiaticização e outras metamorfoses

- Capítulo 16 Por uma Antropologia visual das relações interétnicas: impressões sobre a exclusão social e a inclusão da arte indígena em Vancouver, Canadá. 399
Cristhian Teófilo da Silva
- Capítulo 17 Além da técnica: o simbólico nas artes indígenas. 419
Katianne de Sousa Almeida
- Capítulo 18 Um estudo das transformações musicais e festivas entre os Kalunga de Teresina de Goiás, Brasil. 447
Thais Teixeira de Siqueira
- Capítulo 19 Los petroglifos de América del Sur. 467
Santiago Plata Rodríguez
- Capítulo 20 Comentários sobre Yanomamo Series. 479
Maria Inês Smiljanic
- Capítulo 21 Metamorfoses Sanumá e a subjetivação dos objetos. 497
Sílvia Guimarães

Quinta variação: perspectivas extracontinentais

- Capítulo 22 Identidades sociais no Líbano: sectarismo, etnicidade e outras variáveis. 511
Leonardo Schiocchet
- Capítulo 23 De anedotas antropológicas a perspectivas do contato em África: reflexões Herero. 539
Josué Tomasini Castro

Apresentação

Está completando 15 anos que o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) surgiu, em 1997, a partir de uma conversa entre Maxim Repetto que, à época, estava cursando o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, e Stephen G. Baines, professor do Departamento de Antropologia, que vem coordenando o Grupo desde o início. Nos anos anteriores, organizamos alguns seminários sobre temas relacionados à etnologia indígena com enfoque em relações interétnicas, e com a criação do Geri, sistematizamos reuniões informais em que alunos da pós-graduação e da graduação em Antropologia, professores, indigenistas e outros podiam apresentar suas pesquisas relacionadas a temas de relações interétnicas, no sentido amplo. As reuniões do Geri, que vêm acontecendo de três em três semanas, nas tardes de sextas-feiras, tornaram-se um espaço para discutir pesquisas em andamento, teses de doutorado e dissertações de mestrado e de graduação em fase de elaboração final ou já defendidas, além de trabalhos de indigenistas interessados em compartilhá-los num ambiente acadêmico com a presença de alguns dos alunos mais dedicados do Departamento de Antropologia. As reuniões do Geri representam um espaço para discussões livres de professores e alunos, muitos dos quais trabalham em etnologia indígena, mas não exclusivamente, abrangendo outras pesquisas que lidam com relações interétnicas.

Com a saída de Maxim Repetto para realizar sua pesquisa de campo sobre organizações indígenas e educação superior indígena em Roraima e, posteriormente, para assumir o cargo de professor concursado do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena na Universidade Federal de Roraima, outros alunos e ex-alunos do Departamento de Antropologia da UnB (DAN) assumiram voluntariamente a organização das reuniões do Geri. Foi criada uma home page no site da UnB com a colaboração de Maxim Repetto e, posteriormente, de Cristhian Teófilo da Silva, então aluno de doutorado do Departamento de Antropologia, depois professor concursado do Ceppac/UnB. Em 2006, o Geri passou a constar como evento de extensão da UnB, atraindo mais alunos e pessoas interessadas.

A partir de 2009, o Geri foi ampliado incluindo o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe (Ceppac), da UnB, tendo os professores Stephen G. Baines e Cristhian Teófilo da Silva como coordenadores pelo DAN e pelo Ceppac, respectivamente.

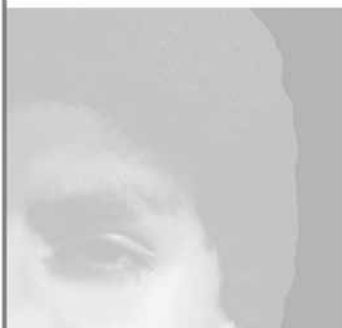
Ao completar 10 anos, o Geri e os seus atuais colaboradores Cristhian Teófilo da Silva e Rodrigo Paranhos sugeriram a publicação de um livro que reunisse alguns dos trabalhos apresentados. A resposta nos surpreendeu e muitas pessoas expressaram seu interesse em publicar artigos baseados nas suas apresentações.

A partir de intenso diálogo com os autores, que perdurou 3 anos, os quatro organizadores deste livro prepararam o material que o compõe. Em seguida, ao iniciarem os contatos com possíveis editoras que pudessem editá-lo, foram surpreendidos com a manifestação de interesse de quatro delas. Após quase um ano de negociação com várias editoras interessadas na publicação, o livro foi encaminhado às Edições Ibama, que realizou os serviços de editoração e disponibilizou o livro gratuitamente em seu catálogo virtual. Já a impressão desse livro foi viabilizada graças ao apoio financeiro de coeditores, Instituto Internacional de Educação do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do CEPPAC da Universidade de Brasília, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas e Departamento de Antropologia.

O conjunto de trabalhos disponibilizados neste livro reforça a seriedade de experiências nascidas na informalidade ou no compromisso com um tema. Dividida em cinco partes, a obra contempla com excelência temas e recortes ainda pouco explorados, abrindo espaço para novas discussões e reflexões no campo das relações interétnicas. Com este livro, convidamos os leitores a navegarem por essas páginas em uma singular experimentação de alteridade por meio das relações interétnicas.

SEGUNDA VARIAÇÃO

desenvolvimento
e meio ambiente



Capítulo 6

A natureza dos povos indígenas e os povos indígenas e a natureza: novos paradigmas, desenvolvimento sustentável e a politização do bom selvagem

Thiago Ávila (*in memoriam*)

Introdução

A questão ambiental, como vem sendo entendida nos últimos 20 anos, abre uma porta privilegiada para a compreensão dos dinâmicos relacionamentos entre realidades locais e intenções, entidades e instituições nacionais e transnacionais. Por intermédio da temática ambiental e de todo o imaginário social sob o qual está assentada, é possível encontrar elementos capazes de ligar e relacionar essas realidades, autorizando uma incursão pelos caminhos que articulam em um mesmo fluxo interativo realidades aparentemente distantes como comunidades indígenas, o Estado brasileiro e sua política indigenista, interesses científicos, farmacêuticos e comerciais, e posicionamentos planetários acerca do meio ambiente, do comércio e das populações tradicionais. Um ponto de partida interessante é observar criticamente como se vê a ligação entre os povos indígenas e a natureza.

Essa concepção unindo povos indígenas e natureza não é, de maneira alguma, privilégio exclusivo dos tempos atuais. As transformações e mudanças fundamentais nas ciências biológicas, humanas e filosóficas dos séculos XVI e XVII, por exemplo, foram possíveis graças ao encontro de expedições científicas tanto com a alteridade natural quanto com a alteridade social encontrada no Novo Mundo (GROVE, 1996; GERBY, 1992). É uma longa história social formando, por meio de concepções e construções socioculturais, os povos indígenas como parte da natureza. O empenho histórico em fomentar imagens do índio como íntimo da natureza é encontrado em diferentes momentos, por exemplo, nos esforços de criação de símbolos e ideais nacionalistas. A presença indígena nos ideais do *nation-building* brasileiro aparece na literatura romântica

do século XIX, nítida em autores como José de Alencar e Gonçalves Dias e no movimento modernista da segunda década do século XX.

Não caberia aqui uma tentativa de investigação detalhada dos processos sociais responsáveis por uma lógica que entende os povos indígenas como próximos do que chamamos ‘natureza’. Ignorar a existência desses processos poderia refletir uma postura analítica simplista. É importante incluir aqui as relações históricas da denominação indígenas e o que foi denominado de natureza, construídas por meio de ideais ocidentais devido ao diálogo que mantêm com a atual questão dos “conhecimentos tradicionais”.

A metáfora do bom selvagem, aplicada às conjunturas contemporâneas, ajuda a evidenciar a existência de contextos sociais consolidados que legitimam e valorizam os direitos dos povos indígenas, mesmo que essa valorização seja fruto de intensos diálogos com uma indianidade/alteridade construída ou hiper-realizada (RAMOS, 1995). Essa realidade atribuída aos povos indígenas, esculpida pelos artesãos de uma indianidade genérica, está nitidamente presente nas concepções sobre o acesso aos recursos genéticos com conhecimentos tradicionais associados. As consequências do diálogo com uma alteridade construída são percebidas nas tentativas de formulações de políticas de alcance planetário para a preservação ambiental, bem como na fabricação de concepções dos povos indígenas e “tradicionais” como povos ‘naturalmente’ guardiões da natureza ou espiritualmente ambientalistas (REDFORD, 1990). Os mitos românticos dos índios como parte da natureza e/ou como crianças órfãs que necessitam de cuidados especiais aparecem nas análises desses distintos planos, como veremos adiante. É interessante observar o esforço despendido com a finalidade de ocultar essas marcas de dominação e subordinação em nome de posicionamentos atualmente percebidos como politicamente corretos como a autonomia dos povos indígenas, a existência de um diálogo mais simétrico com eles, o consentimento informado, a pesquisa participativa, entre outros.

Uma posição crítica diante desses modelos idealistas leva-nos a realizar uma etnografia que considere a incorporação e certa subversão positiva dessas construções idealizadas e hiper-realizadas pelos movimentos indígenas. Considero que essas situações presentes nos diversos movimentos indígenas do planeta representam uma entrada privilegiada para a investigação de processos de resistência e agencialidade desses povos no mundo contemporâneo, explorando suas contradições e lógicas no processo articulador de instâncias reconhecidas ora como locais ora como globais. Apreciar essas posturas dos movimentos indígenas é querer compreender suas críticas contra códigos de dominação e exploração ainda operantes, mesmo que estejam reconfigurados

por meio de novos contextos socioculturais e morais atualmente em curso (WILSON; DISSANAYAKE, 1996).

Esses novos contextos fornecem as condições necessárias para se pensar um novo paradigma das relações entre a natureza e a cultura. Um novo olhar surgiu e passou a influir nas políticas de “desenvolvimento” seja no âmbito das políticas governamentais e nas tentativas de formulações de alcance planetário, seja nos interesses comerciais de empresas transnacionais (RIST, 1997, p. 178; TACAIS, 1996). Consolidando-se como legitimadora da atual doutrina do desenvolvimento, essa nova percepção da relação entre a natureza e a cultura participa ativamente do cenário político, valendo-se de toda sua ambiguidade e contradição para atender aos interesses de múltiplos e divergentes setores situados nos planos locais e globais das negociações sobre a temática desenvolvimentista.

A década de 1980 compreende o período no Brasil, assim como em outros países, da afirmação de um modelo de ambientalismo mais atrelado a problemas e questões sociais, distinguindo-se do tradicionalismo do movimento preservacionista (DIEGUES, 2000, p. 21; CARVALHO, 2002, p. 148). Esse ecologismo social contava com a participação de diversos movimentos comunitários, como o Conselho Nacional de Seringueiros, o Movimento dos Atingidos por Barragens e os Movimentos Indígenas, todos advogando uma valorização política das práticas tradicionais com evidente impacto positivo na natureza.

O envolvimento da questão indígena com a ambiental data desse período, andando passo a passo com o avanço e o amadurecimento das etnociências, evidenciando novamente a força dos argumentos científicos na produção de verdades aceitas socialmente. O passar dos anos de 1980 correspondeu à constatação de que o ambientalismo vigente naquela década transformar-se-ia no idioma político privilegiado para a incursão dos discursos reivindicatórios dos povos indígenas (ALBERT, 1995), principalmente pela eficácia e potência de suas questões políticas nacional e internacional.

A congregação positiva, do ponto de vista ambiental, entre povos indígenas e tradicionais e a conservação da natureza também acompanhou o deslocamento das preocupações com a preservação de espécies para a preservação de ecossistemas, incluindo os seres humanos como participantes deles. Os primeiros esforços preservacionistas, iniciados no contexto estadunidense, excluíram a ação antrópica do processo de manejo natural, ressaltando o contexto da época e suas concepções dessas ações prejudiciais às finalidades

preservacionistas dos programas. O próprio conceito de natureza deslocou seu sentido de algo intocado e externo ao domínio formado pela ação do homem (a cultura) para uma postura que incorpora a presença humana como fator interativo do que é natural, sendo que a natureza como intocada apresenta-se como mais uma afirmação mítica do imaginário ocidental do século XX (BALÉE, 1989, 1989b; POSEY, 1987).

Novos imperativos morais e éticos compuseram a cena ambiental durante a década de 1990, afirmando as posturas segundo as quais não bastava preservar somente espécies em extinção ou paisagens bucólicas, mas também as culturas tradicionais para a garantia das gerações futuras. Foi preciso criar novos conceitos para abarcar e legitimar essa nova configuração da relação entre a natureza e a cultura. Diversidade biológica, biodiversidade, sustentabilidade cultural, socioambientalismo, entre outros termos, passaram a ser utilizados em quadros universitários, nos centros de decisão política nacional, nos fóruns e organismos internacionais, nas agências não governamentais, na mídia e no cotidiano dos grandes centros urbanos. A situação que procuramos estudar está no cerne da relação dialética entre produção de conhecimentos científicos (relativos às diversas ciências biológicas atuais: Engenharia Genética, Botânica, Ecologia etc.), criação e concepção de conceitos e construção de novos espaços políticos para a discussão das problemáticas ambientais.

A temática ambiental rapidamente adquiriu uma inserção nos espaços políticos de decisões internacionais, sendo amplamente incorporada aos organogramas governamentais nacionais, fomentada por crescente consciência da problemática ambiental global como algo relevante para o destino da humanidade. Certamente, a atmosfera em torno de questões relativas à utilização, ao manejo e à decisão política acerca dos recursos naturais e ambientais corresponde a um dos temas centrais das negociações em diversas comunidades internacionais de argumentação e comunicação. Essas comunidades formam claros espaços de negociação entre parceiros socioculturalmente distintos, mas que compartilham um sistema planetário de comércio, direitos humanos, direitos ambientais, entre outros.

Na conjuntura atual, os povos indígenas representam verdadeiros nichos de conhecimentos considerados extremamente relevantes para o futuro da humanidade, pelo menos segundo os padrões globocentristas. Os sistemas de manejo dos recursos ambientais utilizados pelos povos indígenas são exemplos desses conhecimentos que começam a ser reconhecidos, valorizados e estimulados em diversas instâncias de poder político (ROUÉ, 2000; CASTRO, 2000; COLCHESTER, 2000). Os conhecimentos relativos

à utilização de plantas com finalidades estéticas, ritualísticas, alimentícias ou medicinais formam outro exemplo desse fetichismo herbal (NIGH, 2002) a que estão sendo submetidos diversos povos indígenas, sobretudo das regiões de florestas tropicais, mas que podem ser também entendidos como campos de garantia de benefícios sociais para os povos indígenas (BRUSH, 1993; OLIVEIRA FILHO, 1999; RAMOS, 2000; LITTLE, 2002). A valorização do conhecimento tradicional dos povos indígenas relaciona-se intimamente com os impactos negativos do “desenvolvimento social” promovido pela Revolução Verde que transformou as monoculturas agrícolas cultivadas com alta tecnologia em mitos ocidentais, redefinindo o papel do “outro” indígena (CLEVELAND; MURRAY, 1997, p. 479-480).

O termo desenvolvimento possui múltiplos significados e usos, variando ao sabor dos atores que estão empregando-o e, seguramente, a questão indígena e a dos países ditos de Terceiro Mundo formaram um campo inesgotável para sua aplicação. A plasticidade é um de seus elementos principais, além de sua capacidade moldadora e fetichista (RIST, 1997, p. 11). O conceito de desenvolvimento traça as linhas divisórias entre as nações, criando novos arranjos, autorizando uma (re)ordenação e classificação dos diferentes países, segundo padrões enraizados em posturas culturais nitidamente localizáveis. A desconstrução analítica do mito do desenvolvimento evidencia situações geralmente ocultadas pelo *glamour* e força que tal conceito adquire no mundo contemporâneo, ressaltando como sua ideologia messiânica pode ser conceituada como religião do ocidente (IBDT, p. 21 e ss).

Essa plasticidade dá-lhe grande flexibilidade e a consequente possibilidade de (re)dimensionar as tensões intrínsecas ao campo de disputa negociadas entre atores com os mais diversos interesses. Seguramente, essa flexibilidade e plasticidade tiveram papel incisivo na fixação e na naturalização do ato político de desenvolver o “outro”. Como diz Gilbert Rist:

O que, afinal, está sendo dito nas críticas ao desenvolvimento? É sua crítica na taxa moral para ajudar os pobres e de modo a promover os trabalhos para proporcionar um bem-estar para todos, o que mobiliza a energia de muitas organizações? Ou são suas práticas econômicas que refletem os interesses de diversos atores e produzem o oposto do que é solicitado em suas reivindicações? Mesmo que esses dois níveis possam ser distinguidos em teoria, estão profundamente ligados um ao outro, o que torna possível transitar nos espaços entre solução e problema, antídoto e veneno, esperança e realidade. Para uns, desenvolvimento é sinônimo de um movimento expansionista que tem sido criado por um sistema de mercado nos últimos dois séculos; para outros, desenvolvimento é um conjunto de práticas que transformaram o mundo

em um lugar mais justo apesar da racionalidade do capitalismo. A utilidade desses desencontros retóricos é que se espera garantir a todos boas razões para continuar com suas atividades. Para a mesma crença podemos ter um número diferente de efeitos (RIST, 1997, p. 214).

As atuais construções e concepções sobre o que são povos indígenas e a recolocação do argumento de que os índios são ontologicamente próximos à natureza, renegociam termos que possibilitam executar ações assistencialistas de (etno)desenvolvimento sobre os povos indígenas e nações. Perfeitamente sintonizado com as tendências conservacionistas demonstradas por formas ecológico-capitalistas pós-modernas (ESCOBAR, 1995, p. 203-206, 1996, p. 47; DIEGUES, 2000), o desenvolvimento sustentável também apoia-se em ambiguidades como produzir crescimento econômico sem impossibilitar a continuação da vida no planeta. Por um lado, ecologistas pensam-no como algo benéfico para a continuidade ambiental, por outro, o desenvolvimento sustentável passa a ser entendido como a continuidade do crescimento econômico, sendo que por essa retórica o desenvolvimento pode ser algo não somente pensado como irreversível ou universal, mas passível de ser adjetivado com pretensões de eternidade (RIST, 1997, p. 190-192). A percepção desse modelo alternativo de desenvolvimento como uma ruptura com antigas concepções desse conceito, mesmo travestida nas retóricas de produção de espaços e ações ambiental e socialmente sustentáveis, não é plenamente corroborada pelos dados empíricos.

Os povos indígenas com suas diferentes formas representativas e de diálogo com atores externos rapidamente compreenderam a potencialidade do discurso ambientalista e sua forte aceitação política no mundo contemporâneo. De maneira rápida e criativa, esses povos passaram, em muitos casos, a utilizar a imagem que o Ocidente criou sobre povos indígenas para legitimar e adensar algumas das suas lutas político-sociais. Eles começaram a exercer o poder de serem os detentores de alguns bens, inclusive simbólicos, extremamente valorizados pelo mundo ocidental e suas preocupações ambientais, uma espiritualidade condicionante de posturas diferenciadas perante a natureza, seus territórios percebidos como significativa parcela das áreas mais preservadas ambientalmente e seus conhecimentos tradicionais valorizados na lógica científico-comercial do desenvolvimento sustentável. Os povos indígenas vêm compreendendo, cada qual à sua maneira e estratégia, que a indianidade hiper-real criada e fomentada pelo imaginário social do Ocidente pode ser conscientemente exercitada por eles para seus próprios interesses. Uma nova capitalização da natureza vem garantindo, por diferentes caminhos, direitos territoriais e comunitários quando o Estado reconhece determinada área como

pertencente a uma coletividade específica (que atende aos preceitos de manter relações relevantes para a conservação e o melhoramento da biodiversidade). As demandas salvacionistas, fomentadas na relação entre conservação da natureza e práticas culturais que localmente promovam essa conservação, valorizam os sistemas tradicionais de conhecimento (ESCOBAR, 1995, p. 204).

Dentro dessa problemática, há que se concordar com a argumentação de Marshall Sahlins que critica as posturas que concebiam os povos indígenas como objetos passivos e não como autores de sua própria história (SAHLINS, 2000, p. 416). A análise etnográfica de uma situação local pode revelar interessantes críticas nativas aos entendimentos ocidentais sobre ecologia, baseados em premissas externas, e a reelaboração cosmológica dos indígenas sobre os efeitos do contato (ALBERT, 1995; RAMOS, 1998, p. 133-135). As questões ambientais e a luta pelo reconhecimento dos direitos intelectuais coletivos ratificam bem a postura de Sahlins.

As imagens que os estudos etnográficos e antropológicos produziram sobre a relação dos “outros” com a natureza trouxeram um discurso científico pronto para ser apreciado e tomado por diversos atores da temática. A produção de conceitos que implicitamente produzem o distanciamento temporal necessário para classificar de “tradicionais” os povos radicalmente distintos do modo de vida urbano-industrial, foi um dos meios para situá-los em um compartimento distinto daquele reservado aos “modernos” ocidentais. Como afirma Johannes Fabian:

As distancing devices (...) certain styles of thoughts are identified as “savage” or “primitive”. Labels that connote temporal distancing need not have explicitly temporal references (such as cyclical or repetitive). Adjectives like mythical, ritual or even tribal, will serve the same function. They too connote temporal distancing as a way of creating the objects or references of anthropological discourse (FABIAN, 1983, p. 30).

O que se percebe cada vez mais é que a suposta postura passiva dos povos indígenas diante dos processos históricos com os quais entram em contato, especialmente em suas relações com os Estados nacionais, é mais um mito moderno construído pelo Ocidente do que uma realidade empírica. Ao contrário, o que a etnografia de processos interétnicos tem revelado é uma postura consciente e criativa de um sujeito de suas próprias ações.

Referências

ALBERT, B. (Ed.). **O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza**. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. (Série Antropologia, 174).

BALÉE, W. Cultura na vegetação amazônica brasileira. In: NEVES, W. A. (Org.). **Biologia e ecologia humana na Amazônia brasileira: avaliação e perspectiva**. Belém: MPEG, 1989. p. 95-109.

BALÉE, W. O povo da capoeira velha: caçadores e coletores das terras baixas da América do Sul. In: PAVAN, C. (Ed.). **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1989b.

BRUSH, Stephen B. Indigenous Knowledge of Biological Resources and Intellectual Property Rights: the role of Anthropology in **American Anthropologist**, Vol. 95, nº 3, p. 653-671, 1993.

CARVALHO, I. C. de M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000.

CLEVELAND, D.; MURRAY, S. C. The world crop genetic resources and the rights of indigenous farmers. **Current Anthropology**, v. 38, n. 4, p. 477-415, Aug./Oct. 1997.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000.

CORONIL, F. Del eurocentrismo al globocentrismo: la naturaleza del poscolonialismo. In: LANDER, E. (Ed.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales-Faces/UCV y Instituto Internacional de la Unesco para la Educación Superior en América Latina y el Caribe-Iesalc, 2000. p. 119-149.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000.

- ESCOBAR, A. *Constructing Nature: elements for a poststructural political ecology*. In: PEET, R.; WATTS, M. (Ed.). **Liberation ecologies: environment, development, social movements**. London & New York: Routledge, 1996. p. 46-68.
- ESCOBAR, A. **Encountering development: the making and unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FABIAN, J. **Time and the other: how anthropology makes its object**. New York: Columbia University Press, 1983.
- GROVE, Richard: *Green Imperialism: colonial expansion tropical island edend and the origins environmentalisms, 1600-1860*. **Cambridge University Press**, 1996.
- LITTLE, Paul: *Etnoecologia e Direitos dos Povos: elementos de uma nova ação indigenista* in A.C. SOUZA LIMA e M.C.A. BARROSO HOFFMANN (orgs.) **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para um nova política indigenista**, Rio de Janeiro, Contracapa Livraria/Laced, 2002.
- NIGH, R. *Maya medicine in the biological gaze: bioprospecting research as herbal fetishism*. **Current Anthropology**, v. 43, n. 3, p. 451-477, june 2002.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **A viagem de volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**: Contracapa Livraria, Rio de Janeiro, 1999.
- POSEY, D. *Manejo de Floresta secundária, capoeira, campos cerrados (Kayapó)*. In: RIBEIRO, B. (Org.). **Suma etnológica brasileira**. Volume 1: Etnobiologia. Petrópolis, RJ: Vozes; Finep, 1987. p. 173-185.
- RAMOS, A. R. **Indigenism: ethnic politics in Brazil**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1998.
- RAMOS, A. R. *O índio hiper-real*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 28, v. 10, p. 6-14, jun. 1995.
- RAMOS, Alcida Rita. *The Commodification of the Indian*, **Série Antropologia n° 281**, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2000.
- REDFORD, K. H. *The ecologically noble savage*. **Orion Nature Quaterly**, v. 9, n. 3, p. 24-29, 1990.
- RIST, G. **The history of development: from western origins to global faith**. London and New York: Zed Books, 1997.
- ROUÉ, M. *Novas perspectivas em etnoecologia: 'saberes tradicionais' e gestão dos recursos naturais*. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000.
-

SAHLINS, M. [1987]. **Ilhas de história**, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAHLINS, M. **Cosmologies of capitalism**: the trans-pacific sector of the world system. New York: Zone Books, 2000. p. 415-470. (Culture in Practice: collected essay).

TAKACS, D. **The idea of biodiversity**: philosophies of paradise. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1996.

WILSON, R.; DISSANAYAKE, W. (Ed.). **Global / Local**: cultural production and the transnational imaginary. Durham and London: Duke University Press, 1996.

Sobre os autores

Alexandro Machado Namem

Antropólogo e Professor Adjunto de Antropologia na Universidade Federal de Roraima (UFRR) (e-mail: alexandronamem@hotmail.com). Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelas bolsas de estudo concedidas de 1998 a 2001, durante curso de doutorado não concluído na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFRR, pelas sucessivas liberações de 2002 a 2007, para a realização de trabalhos de campo entre os Laklânô; aos colegas Gustavo Lins Ribeiro (Universidade de Brasília-UnB), Marco Antonio Lazarin (Universidade Federal de Goiás-UFG) e Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro-MN/UFRJ), pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; aos colegas do doutorado Sidnei Peres (Universidade Federal Fluminense-UFF), da Unicamp, e Marcela S. Coelho de Souza (UnB), em disciplinas no Museu Nacional; aos amigos e/ou colegas que leram versões anteriores deste texto, inclusive pelas sugestões nem sempre incorporadas; ao amigo Sávio L. Sens (Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC/PR), pela convivência nesses 10 anos em que nos conhecemos e pelos apoios nas horas em que mais precisei; à Onadir e ao Gerson Dietrich, bem como à família Davi Vinci, em Ibirama (SC), pela amizade e por tudo que fizeram por mim; e ao Rodrigo Paranhos Faleiro (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama), Cristhian Teófilo da Silva (UnB) e Stephen G. Baines (UnB), por publicarem este texto. Ao último, também, pela amizade e pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; dedico este texto à Vanessa Lea (Unicamp), à Lana Araújo, ao Rafael José de Menezes Bastos (Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC), à minha avó materna Maria Lúcia da Silva Machado (in memoriam), às minhas mães Laklânô Iocô Uvânhecû e Aneglon Ndili, e aos meus netos Lucca Giacomazzi Picon e Sara Feijó.

Claudia López Garcés

Antropóloga, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFPA). clapez@museu-goeldi.br

O artigo está baseado na pesquisa entre os Ticuna da trifronteira Brasil/Colômbia/Peru para o Doutorado em Antropologia pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e o Caribe (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB) (2000),

e numa pesquisa entre os Galibi do Oiapoque, na fronteira Brasil/Guiana Francesa, efetuada entre os anos 2001-2002. Agradeço à Capes pela bolsa de doutorado e ao CNPq pela bolsa para efetuar a pesquisa na fronteira Brasil/Guiana.

Cláudia Tereza Signori Franco

Possui Graduação e Pós-Graduação em Antropologia Social pelas Universidades de Brasília (UnB) e Católica de Brasília (UCB); Especialização em Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial pela UnB e Mestrado (bolsista Capes) em Planejamento e Gestão Ambiental pela UCB. Atua como coordenadora de projetos do Instituto Etno Ambiental e Multicultural Aldeia Verde - IEMAV, onde realiza a implementação e o monitoramento de projetos de desenvolvimento junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Tem experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em política indigenista, atuando principalmente nos seguintes temas: Planejamento e gestão ambiental em terras indígenas (TIs), Levantamento de Impactos Socioambientais em TIs, Levantamento Demográfico e Fundiário em TIs, Antropologia & Meio Ambiente, Organização Social Indígena e Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos de Etnodesenvolvimento.

Cloude de Souza Correia

Possui doutorado em Antropologia pelo PPGAS/UnB, concentrando-se nas áreas de Antropologia Ecológica, Sociedades Complexas, Relações Interétnicas e Cartografia Social. Atua principalmente com os seguintes temas: povos indígenas, mapeamentos participativos, unidades de conservação, conflitos socioambientais, gestão territorial e processos fundiários. Nos últimos anos, prestou diversas consultorias para organizações não governamentais e órgãos dos governos Federal e Estadual com o propósito de contribuir com a consolidação de processos de regularização fundiária de terras indígenas e de ações de gestão territorial junto a povos indígenas da Amazônia. Em atividades de docência esteve vinculado ao curso de Comunicação das Faculdades Integradas ICESP por quatro anos. Atualmente, é coordenador de projetos do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), atuando junto a povos indígenas situados em estados da Amazônia brasileira: Rondônia, Amazonas, Acre e Pará. Como coordenador organiza cursos e seminários relacionados com a temática da gestão territorial indígena e do fortalecimento institucional de associações indígenas. Relações Interétnicas; Antropologia Ecológica; Sociedade e Meio Ambiente e Antropologia Política.

Cristhian Teófilo da Silva

Graduado, Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), onde é Professor no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC). Atualmente, realiza pesquisas comparadas sobre movimentos indígenas,

políticas indigenistas e indigenismo no Brasil e no Canadá, com ênfase nas relações entre maiorias nacionais e minorias étnicas. silvact@unb.br

David Ivan Rezende Fleischer

Trabalha para a Fundação Interamericana (IAF) como representante para o Brasil e o Uruguai. Foi Diretor Executivo da Associação de Estudos Brasileiros (Brasa) e Coordenador do Instituto Lemann de Estudos Brasileiros na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. Trabalhou no Programa- Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), no Programa de Pequenos Projetos (PPP) e outros projetos do Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É doutor em Antropologia pela University at Albany (SUNY-Albany) e mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). David lecionou Antropologia em universidades americanas e desenvolveu pesquisas sobre a relação de projetos de conservação ambiental com projetos de desenvolvimento comunitário de ecoturismo. Atualmente, na IAF, coordena projetos de desenvolvimento de base no Brasil e no Uruguai.

Gersem José Santos Luciano dados

É índio Baniwa, graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (1995) e mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2006). Foi membro do Conselho Nacional de Educação no período de 2006 a 2008. Atualmente é doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, Coordenador-Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação e Diretor Presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep). Tem experiência na área de Educação, Gestão de Projetos e Desenvolvimento Institucional com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação indígena, política indigenista, movimento indígena, desenvolvimento sustentável e povos indígenas.

Isis Maria Cunha Lustosa

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/IESA/UFG. Mestre em Geografia/IESA/UFG. Especialista em Turismo e Meio Ambiente/UECE. Membro do Grupo de Pesquisa Geografia Cultural: Território e Identidade/IESA/UFG. Colaboradora no projeto As Identidades Sociais e suas Formas de Representações Subjacentes nas Práticas Culturais/IESA/UFG, e no projeto A Dimensão Territorial das Festas Populares e do Turismo: Estudo Comparativo do Patrimônio Imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe, pela UFG/UFS/UFC. Técnica Especializada em Programa de Cooperação Internacional/MMA/PDA.

Jaime Garcia Siqueira

Doutor em Antropologia Social pela UnB com mestrado também em Antropologia Social pela USP. É professor adjunto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA),

coordenador de projetos do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e atualmente trabalha como coordenador-geral substituto da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental da Funai (CGGAM). Este artigo é baseado em sua tese de doutorado (2007) e seus principais temas de interesse são as configurações contemporâneas dos movimentos indígenas no Brasil, como eles têm lidado com a questão ambiental e o papel do antropólogo diante desses movimentos e das políticas de Estado.

Josué Tomasini Castro

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde 2005 trabalha junto às comunidades Herero na Namíbia. Principais publicações: *Vá e conte ao seu povo: interpretações e mediações no trabalho antropológico*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia, v. 3: p. 79-91, 2008; *Sincretismo e Resistência: o caso africano da igreja Oruuano*. Campos (UFPR), v. 9, p. 131-157, 2008; *What's your Nation? Nationalist Itineraries in Namibian History*. Vibrant (Online), v. 5, p. 128-146, 2008.

Katianne de Sousa Almeida

(e-mail:ksantropologia@gmail.com) Mestranda em Antropologia Social da Universidade Federal em Goiás. Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás em 2009. Possui graduação em Antropologia (bacharelado), 2006, e Ciências Sociais (licenciatura), 2005, pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Arte Indígena, Patrimônio e Museologia, Revitalização Urbana, Urbanismo, Gênero, Sexualidade e Mídia. Atualmente trabalha como Analista Legislativa na Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Atua principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, Políticas de Saúde para Mulheres, Assessoramento Temático às demandas do Legislativo Goiano.

Leonardo Schiocchet

Ph.D. em Antropologia Social, Boston University (depois de 1º de maio de 2010). Junior Visiting Fellow do Institut für die Wissenschaften vom Menschen, Viena (IWM) (até 30 de junho de 2010).

Luis Cayón

Antropólogo pela Universidad de Los Andes, Bogotá, Colômbia, (1998), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2005) e Doutorando em Antropologia Social pela mesma instituição. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É autor do livro *En las aguas de yuruparí. Cosmología y chamanismo Makuna* (2002) e coautor do livro *Etnografía Makuna. Tradiciones, relatos y saberes de la Gente de Agua* (2004). É autor de vários

artigos em capítulos de livros e periódicos nacionais e internacionais, principalmente na área de Etnologia Indígena.

Luís Guilherme Resende de Assis

Doutorando em Antropologia Social; bolsista CNPq. Artigo baseado na monografia de graduação (Resende de Assis, 2004) e no artigo de seleção de mestrado da UnB escrito em 2004. Atualmente, desenvolve pesquisa na Antártida junto a cientistas, militares e alpinistas.

Maria Inês Smiljanic

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília e professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná. Desenvolve pesquisa entre os yanomães do Alto Toototobi e entre os Yanomami de Maturacá. Coordena a equipe associada do PPGAS-UFPR no Projeto de Cooperação Acadêmica: Etnologia Indígena e Indigenismo – novos desafios teóricos e empíricos, financiado pela Capes.

Maxim Repetto

Bacharel em Humanidades com menção em História - Universidade do Chile (1994), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1997) e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2002). Atualmente é professor Adjunto III na Universidade Federal de Roraima/UFRR, atuando como professor no Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. Realiza Pós-Doutorado no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropologia Social (CIESAS, DF- México), com Bolsa Capes/MEC/Brasil (2009-2010). Tem experiência na área de Antropologia Política, Antropologia da Educação, Políticas Indigenistas e Indígenas, Movimentos e Organizações Indígenas, Etnologia Indígena e Povos Indígenas em Roraima, educação escolar indígena, com ênfase na Formação de Professores Indígenas, plano de manejo ambiental e etnomapeamento de terra indígena e assessoria em projetos sociais a organizações indígenas.

Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves

Possui graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (1997) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Possui 14 anos de experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: identificação de terras indígenas, prática antropológica, política indigenista, estudos etnoecológicos de terras indígenas e turismo étnico.

e-mail: rodrigo.chaves73@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2730318839586069>

Rodrigo Paranhos Faleiro

Cursa Doutorado no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da UnB, onde pesquisa grupos indígenas que vivem em áreas protegidas nas fronteiras da Amazônia. Recebeu o título de Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (2005), com a dissertação *Unidade de Conservação versus Terra Indígena, um Estado em conflito: estudo da influência da pessoa na gestão pública*. Cursou especialização e aperfeiçoamento na Unicamp/Nepam, monografia *Viabilidade do Ecoturismo no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros* (1999); Unicamp/Nepo, *Vetores de Desenvolvimento da Região Norte* (1998); Cesape, *Jalapão: a última fronteira* (1990); Usaid/IIEB, *Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação*, entre outros cursos. Possui seis capítulos publicados em livros (dois outros em fase de publicação no México e nos Estados Unidos), duas dezenas de trabalhos acadêmicos apresentados e publicados em Anais de eventos nacionais e internacionais, e vários outros trabalhos técnicos na área de meio ambiente, populações tradicionais e povos indígenas. Atualmente, está organizando um livro sobre Ecoturismo em Áreas Protegidas com o professor Paul E. Little (UnB) e David Ivan R. Fleischer (Suny), com o qual coordenou três discussões sobre o tema na Reunião de Antropologia Equatorial em Sergipe (2007), Encontro da Associação Americana de Antropologia em San Francisco (2008) e, em junho, no Congresso Internacional de Americanistas no México (2009). Além dessas atividades, trabalhou no Projeto Catalisando as contribuições das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros, na Cooperação Brasil/França em Áreas Protegidas, no Plano de Administração da Área sob Dupla Afetação pelo Parque Nacional Monte Roraima e a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, no Projeto de Conservação do Cerrado no Jalapão, entre outros.

Santiago Plata Rodríguez

Profissional independente do setor de Artes Interpretativas.

Sílvia Guimarães

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, professora adjunta do Curso de Saúde Coletiva, Campus Ceilândia/Universidade de Brasília. Atua na área de Etnologia Indígena, especialmente nas discussões sobre corporalidade e xamanismo. Este trabalho está baseado em pesquisa de campo realizada entre os Sanumá-Yanomami.

Stephen Grant Baines

Professor Associado do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador 1A do CNPq. Graduado (BA Hons. em Árabe e Sociologia da Religião), University of Leeds, Inglaterra (1971), M.Phil. em Antropologia Social pela University of Cambridge, Inglaterra (1980), e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1988) e Pós-Doutorado (UBC, Canadá; e ANU, Austrália, 2009-2010). É brasileiro naturalizado. Tese de doutorado: *É a Funai que Sabe: A*

Frente de Atração Waimiri Atroari, publicada em forma de livro, em 1991, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq. Possui diversas publicações em periódicos nacionais e internacionais na área de Etnologia Indígena, Identidade e Relações Interétnicas, Antropologia Política, Povos Indígenas e os Impactos de Grandes Projetos de Desenvolvimento Regional, e Etnicidade e Nacionalidade em Fronteiras. Projeto de Pesquisa atual: Etnologia Indígena Comparada: Brasil – Austrália – Canadá (com pesquisas etnológicas com povos indígenas), pesquisa junto aos povos makuxis e wapichanas sobre etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil/Guiana desde 2000; e acompanhamento da situação dos Tremembé do litoral do Ceará desde 2000. Desde janeiro de 2008 atua sobre a situação de indígenas no sistema penitenciário de Boa Vista/Roraima. Coordenador fundador do Geri em 1997.

Thaís Teixeira de Siqueira

Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006/2010). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (2002) e mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Comunidades Quilombolas e Cultura Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio imaterial, INRC (Inventário nacional de referências culturais), turismo cultural, festa, memória, musicalidade, folias, racialidade e pós-colonialidade.

Thiago Ávila (*in memoriam*)

Possuo graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília (2001) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Atualmente sou antropólogo consultor da ACT Brasil (Equipe de Conservação da Amazonia). Minhas experiências profissionais são na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: política interétnica, povos indígenas, biopirataria, conhecimento tradicional associado a recursos genéticos, krahô e indigenismo. Atuei como assessor de organizações indígenas, organizações não-governamentais indigenistas e órgãos governamentais.

Sobre o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas

O Geri é um grupo de estudos dedicado ao estudo amplo das relações interétnicas. Nosso propósito é a produção e divulgação do conhecimento produzido por estudantes, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas e campos de atuação.

O Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) foi formado em 1997 por estudantes e pesquisadores de graduação e pós-graduação do Departamento de Antropologia (DAN) e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB), tendo como Coordenador o Prof. Dr.

Stephen Grant Baines e a colaboração de Maxim Repetto, na época, mestrandos em Antropologia.

Desde sua criação buscamos abrir um espaço crítico de diálogo acerca de temas referentes às relações interétnicas em termos abrangentes, sendo estimulada a divulgação de trabalhos em nosso Boletim e a participação em nosso programa de seminários.

Vários projetos de pesquisa foram iniciados e realizados a partir das discussões do Geri, o que viabilizou a elaboração de monografias de graduação e pós-graduação, artigos e a organização de grupos de trabalho em congressos científicos. Parte desses resultados podem ser acessados através do Boletim Anual do Geri disponível em nossa página.

Venha conhecer o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri). Apresente seus trabalhos e publique seus textos na Interétnica – Revista de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas.

<http://e-groups.unb.br/ics/dan/geri/index.php?page=0>

O IEB

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma associação civil brasileira sem fins lucrativos, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais.

Promovendo autonomia na gestão dos seus territórios e dos recursos naturais com participação, diálogo permanente, valorização das diferenças e incentivo à atuação das populações locais, o IEB desenvolveu uma reconhecida *expertise* em processos de articulação entre setores que, historicamente, têm tido dificuldade de aproximação e diálogo.

Os programas e projetos da instituição atendem indivíduos que atuam com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, em suas diversas interfaces, com foco no bioma amazônico. Desse público destacam-se: comunidades extrativistas, assentados, populações indígenas, profissionais e estudantes da área ambiental.

Missão

Capacitar, incentivar a formação, gerar e disseminar conhecimentos e fortalecer a articulação de atores sociais para construir uma sociedade sustentável.

